

“O protesto atual é uma recordação dos compromissos feitos durante a revolução”

Esta não é a primeira vez que uma onda de protestos abala a Tunísia desde a revolução de 2011. Estas ondas regulares de tensão são sintomas de uma crise profunda?

Béligh Nabli: Desde a revolta popular de dezembro de 2010, a queda de Ben Ali e a transição democrática que se seguiu, a Tunísia nunca conheceu realmente um estado de graça. Embora a situação de segurança tenha melhorado globalmente – o estado de emergência está em vigor desde novembro de 2015 e o último grande ataque remonta a março de 2016 – a Tunísia vive uma tensão política e social contínua, ainda que latente e difusa.

Até agora temos assistido a crises ligadas às realidades locais, que deram origem a manifestações ou a mobilizações e greves esporádicas. Podemos citar a crise social do final de 2016, que deu origem a manifestações contra o flagelo do desemprego que atinge os jovens desempregados – incluindo diplomatas – e que levou as autoridades a decretar um toque de recolher obrigatório noturno em todo o país.

A sucessão e multiplicação destas manifestações traduzem um mal mais profundo, mais global, fazendo eco do sentimento já expresso quando da revolução. O apelo à dignidade ainda está na ordem do dia.

O movimento atual é diferente dos anteriores?

Estamos assistindo a um movimento de maior amplitude e intensidade. A tensão e o protesto social parecem ter atingido um nível paroxístico, um ponto de ruptura. Este movimento cristalizou-se em torno da adoção da lei orçamentária de 2018 que prevê um aumento do IVA e, por conseguinte, do custo de

vida, mas também a criação de novos impostos. O governo expande sua política de austeridade quando o país está sofrendo uma inflação galopante que, no final de 2017, ultrapassou os 6%.

Agora, o governo está meio preso. Por um lado, a situação das finanças públicas colocou o país numa posição de dependência em relação ao Fundo Monetário Internacional, que condicionou a sua última linha de crédito de 2400 milhões de euros em quatro anos à luta contra o déficit público. Por outro lado, os apelos oficiais à paciência e às restrições já não são audíveis.

As camadas populares e a classe média não só são confrontadas com um custo de vida que degrada sua condição – quando a revolução deveria melhorá-la – mas também têm a impressão de sofrer a crescente pressão fiscal de um Estado ineficiente.

Ao contrário de crises anteriores, que foram ancoradas localmente, desta vez o movimento é de âmbito nacional e afeta todo o território, desde as cidades desfavorecidas no interior do país até certas cidades no litoral, incluindo as favelas populares da capital, Túnis.

O movimento se reveste de um caráter político?

Se o movimento se cristalizou em torno da lei orçamentária defendida pelo atual governo, é a classe política como um todo que está sendo questionada. Pelo menos por duas razões: a impotência dos políticos em geral, e a dos sucessivos governos em particular, que não aceitaram o desafio da luta contra a corrupção e a favor da justiça social e territorial.

Além disso, a classe política dá a impressão de ignorar a gravidade da situação, o grau de degradação das condições de vida da população. Ignorância ou indiferença que contrasta com a atenção dada por esses mesmos atores aos jogos e outros cálculos eleitorais. Esta distância alimenta o profundo sentimento de desencanto democrático e de desconfiança

política sentido pela esmagadora maioria da população tunisiana.

Existe desilusão em relação às demandas defendidas durante a revolução?

Os acontecimentos atuais provam que as demandas por progresso social, fortemente expressas em 2010-2011, ainda não foram atendidas. Sete anos depois, ainda são atuais. Os jovens permanecem desempregados – mesmo os que possuem diplomas do ensino superior – com uma taxa de desemprego de cerca de 30 por cento.

Pior ainda, o sentimento geral é de ver a revolução como o ponto de partida, se não a origem, de uma degradação da economia do país, bem como da situação pessoal. No entanto, a crise actual não é animada por um movimento reaccionário, que apela ao regresso do antigo regime e da sua figura tutelar, Ben Ali. A desilusão é principalmente dirigida à ausência de qualquer equação entre o progresso democrático e o progresso social.

É, portanto, um lembrete aos políticos dos compromissos assumidos durante a revolução. E não é por acaso que o mês de janeiro, em torno do aniversário da queda de Ben Ali, é tradicionalmente um período de mobilização social: isto reflete claramente uma decepção em relação às expectativas geradas pela revolução.

Pode este movimento questionar o processo de transição democrática?

O processo de democratização continua a ser longo e difícil e a questão social pesa como uma espada de Dâmocles na transição. Até recentemente, a prioridade da agenda política era de natureza securitária, o que levou ao poder de subestimar as questões sociais. Agora ele paga o preço por isso. O estado de emergência já não é tanto securitário como social. O poder deve redefinir sua própria agenda e

prioridades estratégicas.

No entanto, ninguém tem interesse na degradação da situação. Em qualquer caso, o movimento de protesto não tem nenhum líder carismático ou estrutura partidária que possa orientá-lo ou controlá-lo... O principal centro sindical do país, a UGTTT, continua a ser prudente, precisamente porque receia que o movimento siga uma deriva anárquica incontrollável.

A situação poderia ser envenenada se o poder político e as forças de segurança cedessem ao velho reflexo da repressão massiva e cega, ou se o governo persistisse na sua ausência de diálogo: a população tunisiana está exasperada pelo discurso de austeridade. Um gesto político poderia ser propor uma lei complementar de finanças que corrigisse o nível do aumento do IVA ou mesmo abolisse alguns impostos recentemente criados. A este respeito, esta crise social representa também um teste muito importante ao know-how político do atual poder.

Original: [Le Monde](#)